



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUAPI-MIRIM
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA GUANABARA

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUAPI-MIRIM
E DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA GUANABARA**

08 de abril de 2014

Ao oitavo dia do mês de abril do ano de dois mil e catorze, às treze horas e trinta minutos, teve início no Auditório “Elmo Amador”, na sede da APA de Guapi-Mirim e da ESEC Guanabara, situada à BR-493, quilômetro 12,8, município de Guapimirim, a reunião extraordinária dos conselhos consultivos da APA de Guapi-Mirim e da ESEC Guanabara. Na última reunião do conselho, ocorrida no dia vinte de fevereiro último, houve encaminhamento para que se fizesse essa reunião extraordinária, com pauta única, sobre a condicionante da via UHOS que trata do plano de interferência na pesca causada por essa obra. Maurício iniciou colocando que esse assunto teve início no processo de licenciamento dessa obra, que se pensou como compensar os danos aos pescadores, e que foi proposto então que se colocasse uma condição à empresa responsável para que ela apresentasse um plano de interferência à pesca, que essa condição foi abarcada na licença emitida pelo Inea, assim como outras condicionantes propostas pelo ICMBio. Mauricio ressaltou que o ICMBio não é órgão licenciador, mas que emite pareceres em para o processo de licenciamento de empreendimentos com possível impacto nas unidades de conservação, e que no caso dessa obra a licença foi emitida pelo Inea, que posteriormente foram emitidos ofício à Petrobras questionando como estavam sendo cumpridas as diversas condicionantes, e que para acompanhar essa condicionante de interferência da pesca é necessário que se faça junto com os pescadores. Ele continuou dizendo que a empresa apresentou um plano genérico e imediato, como, por exemplo, quando se danificasse um pano de rede, mas que o ICMBio sempre colocou, como os pescadores sempre relatam, que a Baía de Guanabara é uma só, que os pescadores transitam por toda ela. Mauricio lembrou então que então o Inea e a Petrobras foram convidados para apresentar como estava o andamento desta condicionante, há cerca de três reuniões atrás, e que isso ocorreu, que todos concordaram que este processo estava acontecendo de maneira diferenciada. Para a reunião em questão, Mauricio explicou que na semana retrasada ele havia estado na Petrobras, com a presença do gerente de SMS do Comperj, e que a situação foi explicada e se insistiu para que eles comparecessem à reunião do conselho dessas unidades de conservação. Mauricio disse então que foi recebido, havia duas semanas, o processo do Ministério Público do Trabalho solicitando o acompanhamento desse plano de interferência da pesca que a Petrobras deveria mandar para o ICMBio, e que o ofício foi respondido, tendo sido enviado todo o material, e que, em geral, quando o processo chega ao Ministério Público, que a empresa deixa de participar de fóruns como o desse conselho para que ela não duplique esforços. Mauricio encerrou esta primeira fala informando que no dia seguinte haveria uma reunião no Ministério Público, onde a Petrobras e a Z8 estariam convocadas, e perguntou aos presentes de valeria a pena manter a discussão sobre esse assunto. Cacá, da Itapesca, disse que depois do início da obra, em um lado do rio Macacu já se perdeu manguezal por causa do bate-estaca, que os catadores estão vindo “para cá”, porque caranguejo não sai mais da toca “por lá”. Maicon, da Ahomar, complementou dizendo

que de Piedade dá para escutar e chega a tremer lá. Alexandre, do Sindpesca-RJ, reforçou que não havia representantes da Petrobras nem Inea na reunião. Ele continuou dizendo que esteve com perito judicial que fez a perícia do derramamento de 2000, e ele teria afirmado que o impacto dessa obra não é setorial, é geral. Ele continuou dizendo que havia ali lideranças de várias representações de pescadores, e que seriam questionados pelas suas comunidades, e então pediu que esse conselho voltasse a cobrar do Inea e da Petrobras a presença deles para o diálogo. Um pescador colocou que isso acarretaria em esperar outra reunião, que seria melhor irem até a empresa, que poderia ser feito um comitê dos pescadores e que eles poderiam ir lá. e vamos lá. Alexandre disse que os pescadores não estão buscando benefício, estão querendo é indenização pelos danos, que os vinte e oito pontos de pesca artesanal iriam falar a mesma coisa. Flavio, pescador de Itambi, disse que tudo que estava sendo discutido ali havia sido previsto nesse conselho, que a empresa veio trazer promessas, mas que o que estavam vendo não era nada daquilo, que isso já aconteceu em outros lugares, e que depois que acontece a obra não é possível voltar atrás, que depois da obra a água fica poluída e não fica mais limpa, que para os funcionários da empresa é fácil, pois estão longe e não sofrem os impactos. Um pescador relatou que em Mauá alguns pescadores foram tirar peixe do curral e estava tudo morto. Cacá disse que antes do Comperj ele ia, pelo rio Macacu, até o Jacu e que agora mal conseguia chegar na ponte de ferro, e nem pode passar porque tem segurança, que se a intenção da Petrobras é tirar todos os pescadores da Baía de Guanabara, ela tem que dar uma indenização justa para os pescadores. Adherbal, da Secretaria de Agricultura e Pesca de Magé, opinou que a Petrobras não vai a reuniões nem o Inea, que é preciso que os pescadores tenham pauta única para reivindicar pela Baía de Guanabara lá na empresa, e que se não houvesse reunião lá, que os pescadores entrassem com ação na justiça. Ele lembrou de uma mesa de diálogo que existiu durante dois anos, com participação de representantes das associações e colônias, logo após primeira reunião da Agenda 21 de Itaboraí porque setor pesqueiro não estava sendo representado, que quando o Comperj, que essa mesa ficou parada seis meses, que depois colocaram representantes de diversos setores da Petrobras, mas que aí acabaram com esse grupo. Ele recordou que foi feito evento em hotel caro do Rio de Janeiro, com almoço, mas que não teve resultado prático nenhum. Roberto, da Fapesca, complementou dizendo que essa mesa acabou em meados de 2009, que a única coisa que se conseguiu foi um cais no Cícero, mas que eram para ser três, que quando a obra começou aqui, parou-se tudo. Juan, da Copalig, contestou, dizendo que Cais do Gradim é obra do governo do estado, ao que Roberto respondeu que recursos tiveram participação da Petrobras. Juan disse que a mesa de diálogo acabou porque não se tinha mais assunto. Ele concordou com Alexandre, que ainda deve se insistir no diálogo. Cacá falou de um exemplo de descaso, de uma vala negra que está esperando pelo Inea para ser dragada há vinte anos, que o ICMBio fiscaliza porque não se pode pescar no canal, mas que a obra está em cima deles. Helio, da Colônia Z9 questionou sobre a função do conselho, que o assunto sempre é tratado nas reuniões de conselho e que a obra continua. Ele concordou com Cacá sobre a fiscalização, que o pescador tem que esconder a rede, um pau de mangue, mas que essas empresas fazem e acontecem e nada acontece com elas, que, na sua opinião os órgãos de fiscalização foram criados para fiscalizar o pescador. Cacá falou que no derramamento de 2000, o Ibama recebeu carros, mas que os pescadores não receberam nada. Mauricio respondeu que os conselheiros estão em todas as UCs, que os conselheiros não têm função de fiscalizar, mas sim de apoiar diretrizes, como em várias ocasiões isso foi feito na APA de Guapi-Mirim e na ESEC da Guanabara. Ele continuou dizendo que os pescadores sempre reclamaram que só fiscaliza pescador, mas que ele sempre fala que eles podem pedir a lista de autos de infração, para que eles vejam que há autos para empresas, prefeituras. Maurício concordou com as colocações de que a sociedade é injusta, que de fato é mais simples autuar pescadores que empresas, e explicou que o ICMBio não pode embargar obras não estão no interior de alguma unidade de conservação federal, a não ser que fique comprovada a relação precisa do impacto da obra no

ecossistema da UC, que nesse caso a Baía de Guanabara é afetada por vários fatores. Ele continuou dizendo que o rio Caceribu, por exemplo, sofre maior impacto pelo esgoto jogado in natura em Itaboraí, e que não pára de crescer. Ele explicou que enquanto representante instituição pública, é necessário que se procure um caminho de diálogo entre os interessados, que ele não pode assinar o abaixo-assinado dos pescadores, mas que os pescadores, sim, enquanto representantes de entidades da categoria, podem fazer isso. Milton disse que as redes estão vindo tudo cheio de lama, sem oxigênio. Mauricio colocou que é difícil relacionar exatamente que essa lama veio por causa do empreendimento, que se pensando nesse possível impacto, na época do licenciamento, houve pesquisa para pesquisar o sedimento. Ele continuou dizendo que o que se vê é um indício, mas não é prova, mas que se sabe que essa obra traz impacto. Flavio, da Itapesca, disse que para a dragagem do rio Guaxindiba, teve reunião extraordinária, e que surtiu efeito, mas que conversa de hoje não estava trazendo soluções; ele defendeu que essa reunião deveria trazer estratégias para fazer reivindicações. Josivaldo, da Ahomar, disse que os melhores pesqueiros foram tomados, que onde passam as obras, fica sem pessoas. Ele continuou, colocando que em Suruí, onde foram passados os dutos, trezentas pessoas foram embora. Alexandre fez uma proposta de encaminhamento, que se tentasse uma última reunião para o diálogo, na Petrobras, e que depois se fariam as reivindicações. José Rosário, da Comamea, disse que não é pescador, mas que como representação de moradores, apóia a luta pois vê o estrago que está sendo feito e a mazela que está causando, que se vêem peixes mais. Ele relatou que na estrada que está passando no Morro, os moradores pararam as máquinas, e que no dia seguinte àquela reunião, representantes da empresa e da prefeitura iriam lá para conversar com os moradores, que essas obras têm que ser autorizadas pelo conselho de meio ambiente de Magé, e que isso não passou por lá. Ele reforçou que isso é um direito adquirido pela população, não teriam que passar por isso, mas que não viram outra alternativa. Mauricio disse que há sete dutos do Comperj sendo instalados, que a obra está licenciada, e que o processo passou por aqui também. Ele explicou que para passagem dos rios há três 3 métodos: cavalote, furo direcional e ponte. Maurício informou que no rio Suruí a empreiteira terá que fazer por ponte. Ele complementou, que nenhuma licença exige o empreendedor de outras licenças. Alexandre perguntou se o ICMBio fiscaliza essas condicionantes. Mauricio respondeu que sim, se for dentro das UCs. Julio, do ICMBio, colocou que quando foi instituída a obrigatoriedade de licença ambiental no Brasil, que se olhava mais a biota, mas com o tempo foram sendo incluídos os impactos sociais, e que lideranças e movimentos sociais surgiram por isso. Ele continuou dizendo que grandes obras como Comperj e Belo Monte são de difícil fiscalização, mas que essa discussão é importante, e que o empreendedor está perdendo oportunidade de dar explicações, que esse fórum é previsto por lei, que no processo de licenciamento, foi previsto condicionante relacionado ao impacto social, mas que não nos cabe ficar questionando isso, que os pescadores estão muito corretos em pedir reunião, e na casa do empreendedor. Mauricio comentou que foi publicado no jornal O Globo uma reportagem sobre uma nova maneira que se têm licenciado obras federais, dando o exemplo de grandes hidrelétricas, que teria como condicionante construir escolas, que isso iria contra as atribuições do Ministério do Meio Ambiente, de ir além de atribuições ambientais. Ele colocou isso para explicar que o plano de interferência na pesca foi algo que pode ser considerado além das nossas atribuições. Juliana, do ICMBio, perguntou a Mauricio se ele tinha conhecimento dos resultados dos estudos sobre os impactos dessa obra, que Marcelo Viana, professor da UFRJ, havia comentado na última reunião. Mauricio respondeu que havia sido usados bioindicadores, micropoluentes nos últimos quatro anos, como mercúrio, estrôncio, mas que as fontes de poluição da Baía de Guanabara são difusas, que para esse estudo, ter-se-ia que haver coletas antes, durante e depois da obra, que eles poderiam fazer isso mas que precisaria saber exatamente o momento da dragagem. Ele disse aos pescadores que esse sentimento deles em relação à perda de pescado, que os gestores sentiam a mesma coisa em relação à perda de qualidade ambiental,

que eles têm discutido com o órgão licenciador, porque ele tem a sensação de que está sempre chegando depois, que para a empresa, essa obra já está acabando, ela está discutindo planejamento para daqui a quatro anos. Ele acha que é mais importante reunião com Inea que com a empresa. Mauricio perguntou a Alcindo, presidente da Associação de Pescadores e Escarnadeiras da Praia de São Gabriel, sobre a indenização pela obra. Alcindo respondeu que os pescadores dessa associação e da Associação de Pescadores e Escarnadeiras de Siri da Praia da Luz receberam oitocentos reais por oito meses, que a Petrobras não é culpada de tudo, que a obra está sendo feita, que foram cortadas muitas árvores de mangue, mas que ele, quando tinha setenta anos, teve que ir à justiça para ser julgado porque havia cortado mangue para fazer curral, que seus seis filhos não vão trabalhar com para pescaria. Alexandre lembrou que na apresentação da Petrobras foi dito pelos pescadores que a pluma de dispersão ia mais longe do que ele estava colocando, ao que o representante da empresa teria respondido que no licenciamento estava apontado que só ficava ali e era isso que ele poderia considerar. Malafaia perguntou ao Alcindo quantos pescadores estavam recebendo compensação, ao que Alcindo respondeu que cerca de trezentos e vinte pescadores. Milton, da Colônia Z9, perguntou quem deu os nomes desses pescadores para a Petrobras; Alcindo respondeu que eram os associados dessas duas associações e só quem estava com documentação em dia. Mauricio perguntou ao Alcindo quem o havia denunciado, ao que ele respondeu que foi a Colônia Z8, porque associação não teria legitimidade. Juan colocou que a Colônia Z8 e a Feperj se consideram os únicos a terem representatividade para negociar em relação aos pescadores do fundo da Baía de Guanabara, que ele estava naquele momento entregando ao ICMBio uma cópia do documento do Ministério do Trabalho que legitima a representatividade da Copalisg. Milton entrevistou e disse que não estavam aqui para discutir essa colônia. Mauricio colocou que isso importava porque se a representação fosse única, teria que pagar a todos, que da forma como é, a empresa pode alegar que pagou a trezentos e sessenta pescadores. Adherbal colocou que os pescadores tem que ter um discurso único, que achava que Alcindo estava certo, que os associados daquela associação estão satisfeitos, mas que o discurso dele deve continuar para dizer que são doze mil pescadores e que a maioria não recebeu nada. Mauricio retornou a ponto anterior, de que a discussão de representação é importante, que nenhuma entidade pode falar por todos os pescadores em relação a um empreendimento. Paulo Cesar, do Sindpesca, disse que só valeria falar por todas a Federação. Milton concordou, dizendo que nesse caso todos poderiam ser contemplados. Alexandre ratificou que hoje existem tem algumas ações dos pescadores em curso no Ministério Público Federal, muitas em parceria com APA de Guapi-Mirim e com a ESEC da Guanabara, que eles têm que continuar nesse espaço, que além de ser um espaço de diálogo, é onde podem ter alguns dados, e que diante do mal, precisavam se unir e avançar, que não é a primeira obra, que Comperj já existe desde 2001, fazendo batimetria para o GNL, que Inea licencia mas não fiscaliza, que a secretaria de meio ambiente de Magé não faz, então que eles, pescadores, têm que ir lá e denunciar, que o Ibama foi a uma obra em Mauá com eles. Ele continuou dizendo que não podem dizer que só existem três mil pescadores na Baía de Guanabara, pois são muito mais, e que os pescadores são medidores do impacto na biota, que ele têm que chamar a reunião para essa espaço pois a reunião fica isonômica. Juan opinou que se até hoje a Petrobras não veio aqui, que não vai vir, que eles pescadores é que têm que ir à empresa para mostrar que eles não se intimidam e que o pleito é legítimo. Roberto, da Fapesca, colocou que a comunicação à empresa deveria ser intimidando. Cacá informou que haviam conseguido com o Ministério da Pesca para que fossem em Itambi pois as carteiras que os pescadores fizeram já venceram e não chegaram; ele sugeriu que **na próxima reunião fosse convidado o Ministério da Pesca para vir explicar essa situação**. Mauricio propôs os seguintes encaminhamentos: que os pescadores escolhessem um grupo menor para ir à Petrobras e ao Inea, que o ICMBio não pode intimar a empresa a vir aqui, mas que pode tentar uma comunicação, dizendo que a empresa foi convidada a vir e não veio, mas que os pescadores

querem ir à empresa. Alexandre sugeriu que falasse que se não fossem recebidos, que eles fariam manifestação no píer. Mauricio respondeu não pode colocar isso institucionalmente. Maicon defendeu isso é urgente, que não poderia ser para dali a dois meses. Mauricio perguntou aos presentes se ele, como presidente do conselho, estava autorizado a fazer essa colocação. Flavio colocou que essas obras estão vindo, está havendo mortandade de peixe dentro do curral, que nunca tinha ouvido falar disso, e que quando o governo identifica que pessoas de bem do próprio governo estão tentando ajudar, são podados, que se os pescadores não se juntarem para parar a obra, que não vai acontecer nada. Vários pescadores foram contrários à ideia, dizendo que Mauricio iria tentar um diálogo agora. Flavio disse já tinha sido dada uma última chance antes. Maicon concordou. Milton disse que a Petrobras não pode alegar que não tem tempo se a reunião for lá. Alexandre propôs que poderia ser estabelecido um limite de tempo. Mauricio disse que pescadores não precisam aguardar reunião nenhuma aqui para, se quiserem, tomar outras ações. Ele aproveitou para ressaltar e esclarecer, mais uma vez, que a tentativa de passagem de peças pelo rio foi bastante rechaçada pela equipe do ICMBio e pelo conselho também, que a situação foi para a imprensa, e que Breno, que era o chefe da APA de Guapi-Mirim à época foi colocado à prova, mas que houve bastante pressão popular, o empreendimento não foi licenciado, Breno não foi exonerado, nem foi minimizado dentro da instituição, que ele permaneceu no cargo e saiu quando ele quis, para concluir o doutorado. Mauricio lembrou que o procurador Lauro Coelho também teve opção de sair, e foi fazer mestrado, que se Breno quisesse ficar, teria ficado, que a maior prova disso, é que se o governo central tivesse intenção de retirá-lo, teria colocado um chefe com outra diretriz, mas não foi isso que aconteceu. **Mauricio propôs o encaminhamento de que ele ligasse para um representante da Petrobras, falar da reunião de deste dia, e pedir uma reunião com os pescadores na empresa,** e que caso a empresa aceite a reunião, que os pescadores precisam decidir quem vão ser os representantes. Bira informou que, segundo os trabalhadores da obra, ela duraria no máximo mais dois meses. Alcindo disse que de qualquer forma a estrada estará em operação por dois anos. Mauricio falou que ainda será discutida a destinação dessa estrada, que a análise técnica do ICMBio considerou que as finalidades mais adequadas seriam para beneficiar a pesca artesanal, o lazer ou a mobilidade urbana. A reunião foi encerrada às dezesseis horas e dez minutos, tendo sido lavrada esta ata, com destaque aos encaminhamentos dessa reunião, que segue por mim assinada, e à qual segue anexa a lista de presença.

JULIANA CRISTINA FUKUDA

Secretaria Executiva do CONAPAGUAPI



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DOS CONSELHOS CONSULTIVOS DA APA GUAPIMIRIM E DA ESEC GUANABARA

LISTA DE PRESENÇA - 08 DE ABRIL DE 2014

NOME	ASSINATURA	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
1 CARLOS ALBERTO M. DA SILVA		ecologic rj/rio	985125429	ecologic.k@gmail.com
2 LUIZ FERREIRA DA SILVA		Sec. de Ambiente Guap	8632 2252 98620 9147	ferreira.silv.luz@semma.com
3 CARLOS BELONESTAR ABRAHÃO		TECNOARTE	2632 9225	carlosbelonestar@gmail.com
4 BOLE SAICARATI		ITAPERCA	96404.2657	
5 ELIZABETH DIAS DE SAUS				
6 RICHARDO JOSÉ FERREIRA		INUNTOUS	(62) 92415535	
7 ALVARO DE OLIVEIRA		Ecot. Macaé/ RJ	98332 7734	
8 GILSON CAVALCANTE		MS. PEX. PESTICIDAS	98515 6615	
9 ADELINA DE SAUS			985988015	
10 FERREIRA DA SILVA		SEBRAE	98272 5086	Felis.Tras@hotmail.com
11 VIVIANE PARENTE		B. BRUN	2602 3305	VIVIANE.PARENTE@BBKEMV101.COM
12 TAISSA NEVES STALLALÉ		VERES / FAOC		taissa.ocm@gmail.com
13 VIVIANE FERREIRA		INSTITUTO VERES	2334 0765	viviane.ferreira@gmail.com
14 MARCELO Z. M. ESTEVAN		NEMA/FAO/UFERS	2334 0365	marcelo.estevan@gmail.com
15 MILTON W. F. L.		CAKOVIA Z9 RJ	26311944	
16 HELIO ROBERTO CARVALHO		CAKOVIA Z9 RJ	26311659602	helio.roberto.carvalho@gmail.com
17 JOSÉ VALDO FRANCISCA DA SILVA		AHOMAR	021 3632 2448	josvaldo.f.dasilva@gmail.com



REUNIÃO DOS CONSELHOS CONSULTIVOS DA APA GUAPIRIRIM E DA ESEC GUANABARA
 LISTA DE PRESENÇA - 08 DE ABRIL DE 2014

NOME	ASSINATURA	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
18 Alexandre Anderson		SIND PESCA - RJ	(21) 98101-8853	sindpescarj@gmail.com
19 PAULO CÉSAR		SIND. PESCA, RJ	986481525	sindpescarj@gmail.com
20 Jairo M. V. Torres		COPALIS	98082565	copalisc@copalisc.com
21 MICHEL THEOPHILIO		ALRAGP	(21) 2632-1400	MICHELTHEOPHILIO@ALRAGP.COM
22 MAICON ALEXANDRE		AHMAR	(31) 987151460	maicon@ahmar.com
23 Dr. Roberto Fereze		MARSA EST	(11) 999438334	roberto@marsea.com
24 Dr. Roberto Fereze N. DOS SANTOS		GUANABARA	96289.9313	nsantos@guanabara.com
25 Adelmar Adelmo Junior		Secretaria de Assistência Pescação HASEB	98158 1664	adelmarjunior@del.cac.br
26 JÚLIO DE ANDRADE		ICMIS - ESEC GUANABARA	2633-0079	Julio.ANDRADE@guanabara.com
27 Juliana Sechi		Associação do Mar	(21) 97122-1370	julianasechi@associaodomar.com
28 Graça Braga		Associação do Mar	971221-448	gracabraga@associaodomar.com
29 Alexandre de Freitas Figueira		VEREJ	(21) 2334-0065	alexandre.figueira@gmail.com
30 Flavio Diniz Gaspar Duarte		ADRESCA	(21) 99578-0016	Flavio1011070@ig.com.br
31 Roberto Alberto Tognacci Aguiar			(21) 26058969	
32 Valmir Soares		AMAIL	921534487	amail@hnmobil.com.br
33 Regiane Paula		TECNIM	99193313	regiane@tecnim.com.br